

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.462.150 - SP (2019/0062101-0)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : FERNANDA LOPES DOS SANTOS E OUTRO(S) - SP237815
AGRAVADO : BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A.
ADVOGADO : ADRIANA SERRANO CAVASSANI - SP196162

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela **Fazenda do Estado de São Paulo**, desafiando decisão da Presidência da Seção de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que não admitiu recurso especial aos seguintes fundamentos: (I) não ocorrência de violação aos dispositivos invocados como malferidos nas razões de recurso especial; e (II) o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento do STJ sobre o tema.

Nas razões de agravo em recurso especial, a parte agravante sustenta, em síntese, que: (I) *"A questão relativa à responsabilidade solidária pelo pagamento dos débitos e impossibilidade de arguição de contratos firmados perante terceiros contra o Fisco estão previstas nos artigos 109, 123 e 124, II e parágrafo único e 128, todos do Código Tributário Nacional. O acórdão recorrido foi devidamente analisado e combatido. Ora, o acórdão recorrido sustenta que o Sistema Nacional de Gravames, basta para a alteração da propriedade perante Órgãos Públicos, em que pese ser um dos serviços da CETIP mais relevantes para o sistema financeiro e de natureza privada. Portanto, não equivaleria ao órgão executivo de trânsito do Estado. Assim, evidente o maltrato à lei."* (fl.246); e (II) *"a decisão agravada concluiu pelo não cabimento do recurso, mas não apresentou fundamentação adequada para a negativa, sendo que ainda adentrou no mérito do Recurso, de competência da Superior Tribunal de Justiça, sem apresentar fundamentos consistentes e específicos para sua não admissão."* (fl.247).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Inicialmente, impende ressaltar não possuir razão a parte agravante ao alegar que a instância de origem, ao realizar o juízo de admissibilidade do recurso especial, usurpou a competência do Superior Tribunal de Justiça. Isso porque, nos termos da Súmula 123/STJ (*"A decisão que admite, ou não, o recurso especial deve ser*

*fundamentada, com o exame dos seus pressupostos gerais e constitucionais."), é atribuição do Tribunal a quo, naquele momento processual, analisar os pressupostos específicos e constitucionais concernentes ao mérito da controvérsia. Confirmam-se, nesse mesmo sentido, os seguintes precedentes: **RCDESP no AREsp 211.716/SP**, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma DJe 25/9/2012; **AgRg no Ag 1.424.298/MG**, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 27/10/2011; **AgRg no Ag 1.147.395/SP**, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/11/2010; e **AgRg no Ag 1.134.224/SP**, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 2/2/2010.*

No mais, verifica-se que o inconformismo nem sequer ultrapassa a barreira do conhecimento, pois não foram impugnados todos os motivos adotados pelo Tribunal de origem para negar trânsito ao apelo especial, a saber, o de que o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento do STJ sobre o tema.

Com efeito, como o recurso especial foi inadmitido tendo por base o fundamento de que o acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento desta Corte sobre o tema, caberia ao ora agravante demonstrar que o entendimento jurisprudencial não está pacificado no mesmo sentido do acórdão recorrido, ou, ainda, que o precedente não se aplicaria ao caso dos autos. Nesse sentido: **AgRg no REsp 1.254.077/SP**, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 11/11/2011.

Logo, tendo em vista que o agravante não rebateu, de modo específico, todos os fundamentos adotados pela decisão recorrida para negar trânsito ao apelo especial, incide, desse modo, por analogia, a Súmula 182/STJ (*"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão recorrida."*).

Por fim, registre-se que essa foi a linha de entendimento recentemente confirmada pela Corte Especial do STJ, na assentada de 19 de setembro de 2018, ao julgar o **EAREsp 701.404/SC** e o **EAREsp 831.326/SP** (Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018, DJe 30/11/2018), na qual se reforçou a compreensão de que o recorrente deve **impugnar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada**, sob pena de não conhecimento do agravo, por

aplicação da Súmula 182.

ANTE O EXPOSTO, não conheço do agravo.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro Sérgio Kukina, Relator

